



244ª Sessão

Recurso CRSNSP nº 7253

Processo nº 15414.003575/2013-12

RECORRENTE: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO.Representação - Seguro - Impedimento de dirigentes e administradores de seguradora como estipulantes de apólices de seguro - Não caracterização- Estipulação feita por pessoa jurídica - O impedimento não se estende a pessoas físicas integrantes do clube de seguro- Interpretação restritiva da norma restritiva de direitos- Provimento integral do recurso. .

PENALIDADE ORIGINAL: Multa no valor de R\$ 9.000,00

BASE NORMATIVA: Inciso III do art. 2º da Resolução CNSP nº 107/2004.

ACÓRDÃO CRSNSP 6221/2017

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, nos termos do voto do Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, dar provimento ao Recurso da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A, vencidos os Conselheiros Washington Luis Bezerra da Silva, Relator, e Dorival Alves de Sousa que votaram pelo desprovimento do Recurso. Presente o advogado, Dr. Juraí Alves Monteiro, que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Senhor Representante da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Thompson da Gama Moret Santos, Marco Aurélio Moreira Alves, Dorival Alves de Sousa e Valéria Camacho Martins Schmitke. Presentes os Senhores Representantes da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Drs. José Eduardo de Araújo Duarte, Euler Barros Ferreira Lopes e Andre Luiz Carneiro Ortegá, a Secretária Executiva, Senhora Cecília Vescovi de Aragão Brandão, e a Secretária Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2017.

ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Melo Netto Oliveira, Presidente**, em 30/08/2017, às 23:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0068501** e o código CRC **A5629D17**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização

Gabinete do Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva

Boletim de Serviço Eletrônico em 27/06/2017

Recurso CRSNSP nº 7253

Processo nº 15414.003575/2013-12

RECORRENTES: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA

RELATÓRIO

Senhores Conselheiros,

Trata-se de Representação lavrada em face da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A, em razão do Clube Mongeral de Seguros ter figurado como estipulante de apólices de seguros garantidos pela Representada, destacando-se que alguns dos associados ao Clube também são dirigentes e administradores da Sociedade Seguradora.

Restou a Companhia intimada às fls. 29, alegando em sua defesa (fls. 42-52 e 54) que (i) houve vício insanável na Representação, visto que a Fiscalização deixou de apontar qual alínea do inciso II do artigo 13 da Resolução CNSP n.º 60/2001, estaria tipificando a sanção aplicável a conduta descumprida pela Seguradora; (ii) não consta dos autos “que os administradores da Seguradora Recorrente tenham atuado na condição de estipulante de qualquer negócio securitário”, sendo possível extrair que “a estipulação foi realizada pelo Clube de Seguros Mongeral, pessoa jurídica devidamente constituída (...)”; (iii) destacou-se ainda que os administradores elencados na Representação (fl. 1) subscreveram a Ata de fls. 22-24 na condição de sócios do Clube de Seguros Mongeral, “nem mesmo ocupando qualquer assento de gestão naquele estipulante”; e que (iv) a norma infringida não permite uma interpretação extensiva para que a proibição de figurar como estipulante alcance muito além dos seus administradores, os seus sócios.

O DIFIS/CGJUL/COAIP, no Parecer de fls. 59/63, declarou que a representação de fato deixou de apontar a alínea correspondente ao inciso II do art. 13 da Resolução CNSP n.º 60/2001, ao indicar a penalidade proposta, no entanto, tal ausência não dificultou o perfeito entendimento dos fatos pela Representada. E quanto aos demais argumentos apresentados pela Representada, aduziu que o fato de o Estipulante ser o Clube de Seguros Mongeral, e não os administradores da Seguradora, não descaracterizaria a infração em pauta, dada a participação destes na Associação Estipulante, o que demonstraria a falta da necessária independência do Estipulante. Assim, considerando que restou comprovado de maneira objetiva o cometimento da infração, opina pela subsistência da Representação. Posicionamento este seguido pela PRGER as fls.64/66.

Pelo Termo de Julgamento de fls. 71, o Coordenador Geral Coordenação-Geral de Julgamentos, julgou subsistente a Representação, aplicando a sanção de multa pecuniária no valor de R\$ 9.000,00, prevista na alínea “f”, inciso II do art. 13 da Resolução CNSP n.º 60/2001, por infração ao inciso III do art. 2º da Resolução CNSP n.º 107/2004.

Intimada às fls. 72, a Recorrente interpôs Recurso às fls. 85/100, renovando a tese de defesa, no sentido de que os administradores da Seguradora Recorrente não atuaram como estipulantes ou subestipulantes em qualquer circunstância ou sob qualquer pretexto e que, quanto ao fato de serem sócios do Clube, isto já faz parte de uma intangível acusação que não pode presumir sua responsabilização, uma vez que não compunham o quadro de administradores do aludido Clube. Por fim, requer a convalidação da sanção de multa em Recomendação ou Advertência.

O DIFIS/CGJUL/COAIP às fls. 103/103-v, opina pela manutenção da subsistência da Representação e pela não substituição da penalidade de multa por recomendação ou advertência, tendo em vista que a conduta infracional não pode ser considerada de menor gravidade, pois a mesma prejudicou, ainda que potencialmente, a necessária independência do Estipulante em relação à Seguradora, o que implica potencial prejuízo aos interesses de inúmeros segurados.

A douda representação da Fazenda Nacional exerce juízo positivo para o conhecimento e negativo para o provimento, consoante fls.106/108.

É o relatório.

Washington Luis Bezerra da Silva – Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Washington Luis Bezerra da Silva, Conselheiro(a)**, em 26/06/2017, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0024025** e o código CRC **92B05838**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização

Gabinete do Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva

Recurso CRSNSP nº 7253

Processo nº 15414.003575/2013-12

RECORRENTES: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA

EMENTA: Representação. Seguro. Atuação de dirigentes e administradores da Seguradora como estipulantes de apólices de seguro. Infração materializada. Recurso conhecido e desprovido.

VOTO DO RELATOR

I - Mérito

Trata-se de Representação em que a Recorrente restou apenas em razão da atuação de dirigentes e administradores da Sociedade Seguradora como estipulantes de apólices de seguro por ela comercializadas.

Analisando o contido nos autos, observo que restou comprovado às fls. 22-24 que os Administradores da Seguradora também participam da Associação Estipulante “Clube de Seguros Mongeral”.

Assim sendo, não resta dúvida de que a materialidade da infração está caracterizada, na medida em que a Recorrente infringiu o disposto no art. 2º, inciso III da Resolução CNSP n.º 107/2004, que veda expressamente a “atuação como estipulante ou subestipulante de Sociedade Seguradoras, seus dirigentes, administradores, empregados, prepostos ou representantes”. Vale ressaltar que os mesmos Diretores Estatutários da Seguradora também são Diretores Estatutários do Clube, sendo representantes da empresa e expressando sua vontade, motivo pelo qual a eles também se aplica a vedação legal supramencionada.

Portanto, uma vez que a Recorrente não cumpriu os requisitos dispostos na referida norma, deve ser mantida a subsistência da Representação.

Com relação à substituição da penalidade de Multa por uma Recomendação por este Conselho, entendo pela impossibilidade desta convalidação uma vez que o parágrafo 4º do artigo 3º da Resolução CNSP n.º 243/2011 é claro ao afirmar que o órgão encarregado pelo julgamento dos processos sancionadores no âmbito da SUSEP é quem pode concluir pela aplicação ou não de uma Recomendação ao agente supervisionado, não sendo atribuição, portanto, deste Conselho de Recursos fazê-la.

No que tange ao pedido de convalidação da multa em pena de advertência, muito embora a Recorrente não seja reincidente na conduta, a irregularidade cometida não se trata de infração de menor gravidade.

II - Conclusão

1) Diante do exposto, voto por:

Conhecer o recurso e negar provimento ao mesmo, pelas razões expostas.

É o voto.

Washington Luis Bezerra da Silva – Conselheiro Relator.



Documento assinado eletronicamente por **Washington Luis Bezerra da Silva, Conselheiro(a)**, em 23/08/2017, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0024037** e o código CRC **A2BF8BC9**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização

Recurso CRSNSP nº

Processo nº 15414.003575/2013-12

RECORRENTES: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

RELATOR: WASHINGTON LUIS BEZERRA DA SILVA

Representação - Seguro - Impedimento de dirigentes e administradores de seguradora como estipulantes de apólices de seguro - Não caracterização- Estipulação feita por pessoa jurídica - O impedimento não se estende a pessoas físicas integrantes do clube de seguro- Interpretação restritiva da norma restritiva de direitos- Provimento integral do recurso.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO CONSELHEIRO *[DIGITAR AQUI NO NOME COMPLETO]

I - Questões Preliminares

1) O recurso merece ser conhecido visto que presentes os pressupostos.

II - Mérito

2) Ouso divergir do bem lançado voto do ilustre conselheiro relator, visto que a norma que restringe direitos não pode comportar interpretação ampliativa, o que seria contra a lição da hermenêutica contida na lei de introdução ao código civil.

3) Com efeito, no presente caso, a estipulação foi feita por pessoa jurídica e não é esta a que tem a conduta vedada pela lei de regência.

4) Cabe ao intérprete diferenciar entre a pessoa jurídica que é formada por pessoas naturais e estas que não podem praticar a conduta vedada pela norma.

5) Se fosse intenção da norma vedar a estipulação por clube de seguros esta assim o diria expressamente ou ainda impediria que dirigentes de seguradoras fizessem parte de tais entidades.

6) Ocorre que a norma utilizada para punir, nestes autos, é apenas a do art. 2º, inciso III da Resolução CNSP n.º 107/2004, que veda expressamente a “atuação como estipulante ou subestipulante de Sociedade Seguradoras, seus dirigentes, administradores, empregados, prepostos ou representantes”.

7) Insuficiente para ser adequada ao caso presente, gerando a punição aplicada à recorrente.

8) Sobre o tema, citem-se os arestos:

ACADEMIA POLICIAL-MILITAR. EXCLUSAO DE ALUNO, POR SUPOSTO CONCUBINATO. CAUTELAR DEFERIDA, PARA ASSEGURAR PRESTACAO DE EXAMES FINAIS, E AÇÃO PRINCIPAL JULGADA PROCEDENTE. AINDA QUE FOSSE LEGITIMA A VEDACAO DE CASAMENTO AOS ALUNOS, NAO SE ESTENDERIA AO CONCUBINATO. NORMA RESTRITIVA DE DIREITO NAO SE INTERPRETA AMPLIATIVAMENTE. APELO IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 584016638, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Edson Alves de Souza, Julgado em 19/09/1984)

(TJ-RS - AC: 584016638 RS, Relator: Edson Alves de Souza, Data de Julgamento: 19/09/1984, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia)

Processo Civil Embargos infringentes. Ação de obrigação de fazer, visando manutenção de grupo familiar em seguro saúde. Prescrição. Inaplicabilidade dos artigos 178, § 6º, inciso II, do Código Civil de 1916 ou do artigo 206, § 1º, inciso II, letra b, do Código Civil de 2003, vez não se trata de seguro saúde e por ser o autor beneficiário e não participante do contrato. Inaplicabilidade do artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil de 2003, por ser norma específica e restritiva de direito, não podendo ser interpretada ampliativamente. Aplicação da regra geral inserida no artigo 205, do Código Civil de 2003. Embargos infringentes rejeitados.

(TJ-SP - EI: 00104043420108260011 SP 0010404-34.2010.8.26.0011, Relator: Edson Luiz de Queiroz, Data de Julgamento: 24/04/2013, 5ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/05/2013)

Habilitação de crédito em inventário. Em primeiro grau, sentença de improcedência. Preliminar de nulidade da sentença. Afronta ao artigo 132 do CPC. Inocorrência. Magistrado que encerrou a instrução teve cessada sua designação em agosto de 2007. Cessando, portanto, sua vinculação ao presente feito. Preliminar rejeitada. Preliminar de mérito. Ao caso, aplica-se o disposto no artigo 205, do Código Civil, cujo prazo prescricional é de

10 anos. As normas estipuladoras de prescrição são restritivas de direito e não podem ser interpretadas analógica ou ampliativamente. Mérito. Ausência consenso sobre a dívida. Espólio nega que tenha havido empréstimo entre o "de cujus" e o autor. Aplicação do artigo 1.018, "caput" CPC, remetendo as partes às vias ordinárias. Reserva de bens que se impõe, tendo em vista a existência de título executivo consistente no cheque emitido pelo falecido. Documento hábil a comprovar a liquidez e certeza da dívida. Preliminares rejeitadas. Recurso provido.

(TJ-SP - APL: 01312871420088260000 SP 0131287-14.2008.8.26.0000, Relator: Edson Luiz de Queiroz, Data de Julgamento: 07/08/2013, 5ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/08/2013).

III - Conclusão

9) Desta forma, a representação da SUSEP vota pelo provimento integral do recurso pela ausência de tipicidade da conduta.

É o voto.

Paulo Antonio Costa de Almeida Penido – Conselheiro.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Costa de Almeida Penido, Conselheiro(a)**, em 22/08/2017, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0063392** e o código CRC **0D6233F9**.



Documento assinado eletronicamente por **Theresa Christina Cunha Martins, Secretário-Executivo Adjunto**, em 01/09/2017, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0074783** e o código CRC **7E8CC6A8**.